

Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África

Recebido: 03.04.15

Aprovado: 12.07.15

Remo Mutzenberg*

* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Este texto é resultado do estágio sênior no exterior, em 2014, no Centro de Estudos Internacionais (ISCTE-IUL), com bolsa da Capes.

Resumo: O texto se propõe a analisar um conjunto de questões pertinentes ao campo dos estudos sobre ações coletivas, desenvolvidas particularmente nos Estados Unidos, e sobre os movimentos sociais, desenvolvidas predominantemente na Europa, objetivando colocar em evidência questões, princípios e conceitos. Num segundo momento, busca identificar tendências e perspectivas presentes na tradição dos estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais em África, levando em consideração a problematização quanto ao uso daquelas tradições, sua pertinência e limites. Tal procedimento visa identificar um repertório para a construção de caminhos na análise de protestos sociais. Partindo da literatura produzida no campo temático das ações coletivas e dos movimentos sociais, o texto tem por objetivo indicar possíveis caminhos analíticos orientadores ao desenvolvimento de pesquisa para a análise de “protesto social”, entendidos estes como forma de ação coletiva ou momentos de visibilidade de um movimento social. Considera-se que a análise dos protestos sociais leva a reconhecer o legado teórico e metodológico referente à análise das ações coletivas e dos movimentos sociais e, ainda, possibilita a identificação de temas e questões que emergem a partir dos próprios contextos sociais e que não são problematizados no campo teórico.

Palavras-chave: ações coletivas, movimentos sociais, protestos sociais, particular-universal, produção de sentido, África.

Introdução

Até muito recentemente, o leitor da área de movimentos sociais no Brasil encontrava-se em uma situação, no mínimo, incômoda. Apesar da grande produção acerca do tema existente no país... permanecia no ar a sensação de que a bibliografia havia acompanhado a ação dos atores sociais sem conseguir institucionalizar um paradigma que desse conta dos diferentes movimentos sociais, da ascensão e declínio das suas formas de mobilização. Permanecia a sensação da ausência de um marco teórico

próprio capaz de integrar o conjunto das especificidades dos movimentos sociais no Brasil... (Avritzer, 1997).

A frase de Avritzer, em epígrafe, foi escrita em 1995 para uma resenha do livro *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, de Ana Maria Doimo, ao considerar que a autora havia proporcionado um paradigma para analisar os movimentos sociais, apaziguando, assim, a ansiedade da falta de um. Talvez a afirmação mais adequada seja a de que o texto de Doimo, entre outros, foi uma contribuição para amenizar essa falta de um marco teórico para uma leitura dos movimentos populares no Brasil dos anos 1970 e 1980. Em relação aos movimentos sociais e às manifestações coletivas, a afirmação de haver uma sensação de falta de um paradigma mantém e radicaliza seu sentido na atualidade nesse campo analítico, independentemente dos contextos geográficos. Se, por um lado, é possível reafirmar que nenhum paradigma tenha se institucionalizado, por outro, presencia-se um pluralismo tanto diante da multiplicidade de características, formas, atores quanto das perspectivas analíticas que compõem o campo de pesquisa nesta área. Esta multiplicidade, além de tornar impossível uma definição geral do que é um movimento social (Poletto, 2009), tornou este conceito insuficiente e restritivo, em decorrência de seu caráter classificatório e excludente¹. Na atualidade, a identificação e a interpretação de sentidos atribuídos pelos atores sociais, bem como a construção de um conhecimento que busque a significação de manifestações coletivas, no domínio das ciências sociais, tornaram-se um campo plural, denso e controvertido, no qual dialogam e se confrontam visões, teorias e metodologias, assim como pressupostos ontológicos, epistemológicos e políticos.

1. Esse caráter excludente diz respeito aos pressupostos movidos pelo ideário da modernidade/modernização, delimitado e legitimado pela visão evolucionista e teleológica da história. Isso levou à distinção entre manifestações políticas e pré-políticas ou pré-capitalistas.

A pesquisa social, desde sempre e de forma crescente, se confrontou com desafios teóricos e metodológicos em qualquer área, mas, pelas próprias características dos fenômenos aqui tratados, que estão no limiar entre o que está e o que ainda não está instituído, tais desafios adquirem maior visibilidade e tornam o debate ainda mais premente e difícil. No entanto, a definição de parâmetros analíticos é imprescindível, devido ao risco de o pesquisador permanecer num nível descritivo, o que impõe escolhas que dizem respeito a pressupostos teóricos, metodológicos e implicações políticas.

Em função disso, no presente texto, num primeiro momento, busca-se arrolar um conjunto de questões pertinentes ao campo dos estudos sobre ações coletivas, desenvolvidas particularmente nos Estados Unidos, e sobre os movimentos sociais, desenvolvidas predominantemente na Europa. Tais referenciais teóricos foram in-

corporados e ampliados, nos últimos anos, em decorrência da exacerbação e multiplicação de manifestações coletivas em suas múltiplas formas, recursos e sentidos no campo político e social, bem como da pluralidade de perspectivas oriundas do debate e dos questionamentos recíprocos entre pesquisadores no campo da análise social. Isso não significa dizer que tal pluralismo não tenha existido no passado, seja no campo teórico, seja no campo social, mas houve, efetivamente, uma multifurcação tanto das identidades como das teorias sociais, num movimento de retroalimentação.

Não é objetivo deste texto buscar uma definição ou propor um modelo analítico sobre movimentos sociais. O que se pretende é colocar em evidência algumas questões, alguns princípios e conceitos, visando identificar um repertório a fim de construir caminhos para a análise de protestos sociais. Esses são definidos como uma forma de ação coletiva ou como momentos de visibilidade de um movimento social².

Ao considerar esse conjunto de questões que balizam o debate contemporâneo no Ocidente, num segundo momento busca-se assinalar, mesmo que parcialmente, tendências e perspectivas presentes na tradição dos estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais em África. Nesse sentido, leva-se em consideração a problematização, que daí emerge quanto à pertinência e aos limites teóricos dos referenciais produzidos em outros contextos particulares. Isso remete a um debate mais amplo sobre as especificidades das sociedades africanas e à adequação da aplicabilidade teórica e conceitual em contextos tradicionalmente colocados à margem do lugar hegemônico em que esse debate foi e continua, em grande parte, a ser proposto. Nessa direção e com o olhar voltado para sociedades do continente africano, estes questionamentos apresentam-se, ao mesmo tempo, como motes constitutivos das análises referentes àquelas realidades e como contribuições teóricas e metodológicas para o campo das ciências sociais.

O conjunto de questões, aqui tratado, resulta de uma determinada leitura condicionada, que possibilita e limita desdobramentos para um programa de pesquisa, o que é desenvolvido na parte final do texto. Não se trata de responder a tais questões, mas de, a partir delas, indicar possíveis caminhos analíticos orientadores para o desenvolvimento de pesquisa. Isso exige que se esclareçam os pressupostos na construção de um quadro analítico, mesmo que aberto, para propor uma leitura ou interpretação daquilo que está sendo produzido como conhecimento, bem como para proporcionar caminhos à análise de “protesto social”, tendo como ponto de partida o legado teórico sobre ações coletivas e movimentos sociais.

2. Distingue-se entre ações coletivas, como uma série de práticas sociais, e movimentos sociais, como uma forma de ação coletiva (Melucci, 1996: 20). O foco deste artigo são os protestos sociais como ações coletivas, como manifestações públicas, que podem, ou não, ser protagonizadas por um coletivo classificado como movimento social.

Heranças teórico-analíticas sobre movimentos sociais e ações coletivas

Considera-se que “protestos sociais” são um fenômeno ubíquo na história, nas mais diversas sociedades e processos civilizatórios. Tais manifestações foram e são classificadas e nomeadas a partir de posições sociais, de interesses, de concepções de quem as classifica ou as nomeia. Há, assim, condicionamentos sociais, culturais, políticos e de concepções do real subjacentes à produção de conhecimento/desconhecimento sobre os fenômenos aqui referidos.

No campo das ciências humanas, em particular da sociologia, desde a sua formação esse tema se fez presente e adquiriu, ao longo do século XX, *status* reconhecido, constituindo-se num campo temático específico e tema obrigatório da teoria social contemporânea. Esse conhecimento produziu diferentes interpretações, resultantes de diferentes momentos e diversos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, *movimento social* é considerado como forma historicamente situada que se tornou viável com a consolidação dos Estados nacionais modernos (Tilly, 1978; Tarrow, 1994; Mayer & Tarrow, 1998), o que limitou o uso do próprio conceito, perdendo-se de vista a pluralidade de fenômenos de difícil enquadramento naquelas perspectivas.

Sem negar as mudanças, as inovações, as atualizações e graus de presença de manifestações de caráter contestatário, há de se considerar as novas perspectivas de interpretação/explicação sustentadas pela *episteme* das ciências em relação às interpretações de períodos anteriores. No âmbito das ciências sociais, as interpretações também se distinguem no tempo. Assim, as distinções entre movimentos sociais tradicionais, novas e novíssimas dizem respeito fundamentalmente às abordagens, perspectivas e nomeações que emergiram e compõem este campo teórico em seus contextos sociais, políticos, culturais e ideológicos. Reafirma-se, para evitar mal-entendidos, que as formas, intensidade, motivações e o alcance das manifestações são dinâmicas e se atualizam permanentemente em consonância com as transformações sociais, políticas, culturais, tecnológicas etc. O que se pretende salientar é que as interpretações, classificações ou leituras também foram e são condicionadas por quadros teóricos que assumiram, geralmente, um caráter normativo e definidor de estratégias para a escolha do que e de como pesquisar. Estes quadros teóricos, por sua vez, foram também apropriados pelos protagonistas das ações coletivas (Plotke, 1995). Desta forma, tendeu-se a revogar qualquer relevância àquelas manifestações provenientes de categorias sociais que não cabiam na moldura teórico-conceitual. Assim, parece ser mais conveniente retomar o debate colocando em evidência categorias analíticas relativas aos processos das manifestações e sua inserção num campo de disputas, do que identificar modelos generalis-

tas baseados em conteúdo e formas definidas e imputadas a priori. Esse debate se situa, de antemão, num campo construído ao longo de mais de um século, marcado por ascendências, declínios, composições de diferentes “escolas”, e é a partir deste campo que se situam semelhanças de família, oposições e rupturas.

Esse debate teórico resultou numa produção tão vasta quanto aquela produzida a partir do campo de pesquisa empírica. Inicialmente, demarcam-se três momentos desta produção teórica: do final do século XIX à primeira metade do século XX; dos anos 1960 ao final da década de 1980; e dos 1990 até a atualidade, respectivamente marcados pelas abordagens aqui denominadas clássicas, neoclássicas e contemporâneas.

Das abordagens consideradas clássicas, destacam-se as teorias psicológicas do final do século XIX, o funcionalismo, o interacionismo simbólico e o marxismo. Nas interpretações de cunho psicológico, presentes, por exemplo, em *La psychologie des foules* (Le Bon, 2002) e *L'Opinion et la foule* (Tarde, 2005), as manifestações coletivas são concebidas como expressão da irracionalidade e efeitos do sugestionamento psicológico da multidão. Em certa medida, a partir desta perspectiva os fenômenos coletivos tenderam a ser reduzidos a fenômenos destrutivos cuja “regra é sempre equivalente a uma fase bárbara” (Le Bon, 2002: XIII). É notório o espectro destas teorias na abordagem do funcionalismo parsoniano, quando este atribui características de irracionalidade e expressão caótica a insatisfações individuais e sem organização (Alonso, 2009: 76). Atribui-se, em ambas as perspectivas, uma negatividade ou, nos termos funcionalistas, tratar-se-ia de um comportamento desviante. No entanto, cabe salientar diferentes níveis dessa negatividade no interior do funcionalismo. Na perspectiva de Merton, há uma contraposição à concepção da ação coletiva simplesmente como comportamento desviante, concebendo-a como comportamento não conformista e colocando-a no mesmo patamar da análise do sistema social e não como patologia social (Melucci, 1996: 17)³. Agregue-se à afirmação da ação como comportamento não conformista a perspectiva de autores do interacionismo simbólico que compreenderam a ação coletiva como comportamento com significado (Blumer, 1995). Nessa perspectiva, destaca-se que

há uma lógica na ação coletiva que implica certas estruturas relacionais, a presença de mecanismos de tomada de decisão, a definição de metas, a circulação da informação, o cálculo dos resultados, o acúmulo e o aprendizado de experiências do passado (Melucci, 1996: 17).

Há de se reconhecer, no entanto, a pertinência em considerar uma dimensão emocional – irracional – presente nas ações coletivas. A questão que se coloca é quanto à generalização dessa perspectiva dicotômica de análise – racionalidade *versus* irra-

3. Ver, também, Smelser (1962), particularmente sobre a natureza do comportamento coletivo e seu centramento em valores e seus diferentes níveis de legitimação.

cionalidade –, e não reconhecer diferentes graus e níveis e diversidade de situações e formas das manifestações coletivas.

Paralelo a essas abordagens, situa-se a tradição marxista, a qual não oferece propriamente uma teoria das ações coletivas e dos movimentos sociais. Estes são analisados como produtos necessários do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, fundamento para uma teoria da revolução (Calhoun, 1982; 1993)⁴. Como afirma Ernesto Laclau,

4. Movimento social, como conceito, foi utilizado por Lorentz Von Stein, que se propunha analisar as ações do proletariado, do comunismo e do socialismo emergentes, daí sua identificação posterior com o marxismo (Melucci, 1990).

a determinação da *identidade dos agentes* era feita através de categorias pertencentes à estrutura social; o *tipo de conflito* era determinado em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um *espaço político unificado*, onde a presença dos agentes era concebida como uma “representação de interesses” (Laclau, 1986: 41).

Por outro lado, há de se considerar a importância atribuída pelo marxismo à análise das *relações estruturais* e dos *conflitos sociais*, que podem assumir *caráter antagônico* (Melucci, 1996: 17).

Essas abordagens, muito distintas, tinham como ponto de partida fenômenos históricos localizados e temporalizados nas sociedades ocidentais “modernas” (euro-americanas), com base num discurso da modernidade. É deste lugar que afirmam uma tendência universalizadora para os comportamentos coletivos. A utilização de diferentes conceitos para se referirem às manifestações coletivas indica um campo no mínimo polêmico desde quando a temática é incorporada como questão nas ciências sociais. Dessa forma, comportamento coletivo, ações coletivas e movimento social são conceitos que identificam essas distintas tradições. Considerando, aqui, o funcionalismo e o marxismo, apesar de perspectivas distintas e conflitantes, podem-se identificar um pressuposto comum, uma concepção da sociedade como ordem fechada, uma unidade que se perdeu, mas que teria como destino a sua plenitude, isto é, um retorno a sua natureza última.

Destacam-se, aqui, dois desdobramentos:

α. do ponto de vista teórico-metodológico, construiu-se uma identidade entre conceito e unidades empíricas do fenômeno, isto é, a redução do fenômeno ao conceito. Utilizando a expressão de Alberto Melucci, isso resultou numa “miopia do visível”, em que as manifestações foram inferidas como desdobramento de fatores estruturais, independentemente dos agentes, pois concentrou toda a atenção sobre os aspectos

mensuráveis da ação coletiva, isto é, a relação com os sistemas políticos e os efeitos sobre as políticas, ignorando a produção de códigos culturais, que constitui a principal atividade das redes submersas do movimento, além da condição para a sua visibilidade (Melucci, 2001: 26). Em outros termos, não foram tomados em conta os processos da construção e constituição de identidades coletivas.

b. O pretendido caráter universal das teorias implicou também subsumir, sob tais conceitos, os mais diferentes protestos numa homogeneização, passando a ser algo que não eram – uma totalidade – ou, ainda, levou à exclusão de protestos que não tinham lugar em tais modelos. Isso significou o esvaziamento e a perda da eficácia explicativa dos próprios conceitos. Por outro lado, há de se reconhecer o caráter fundacional que tais perspectivas assumiram, a partir das quais se orientaram os debates posteriores.

A crise dos paradigmas clássicos, pela insuficiência de seu poder explicativo e seus reducionismos, abriu espaço para a emergência e visibilidade de outras abordagens analíticas, aqui denominadas neoclássicas, cujo foco se direcionou, preponderantemente, ao campo da ação social, da cultura e dilatação das relações de poder para além do poder instituído. No campo empírico, os protestos sociais da década de 1960 são emblemáticos das mudanças sociais, cujos protagonistas não foram os partidos políticos e/ou as organizações “proletárias”, nem comparáveis a multidões comovidas. As análises tenderão a dar destaque aos “novos atores” (estudantes, mulheres, grupos étnicos, setores da classe média etc.) e suas demandas, que já não se restringiam às condições de vida/redistribuição, mas trouxeram à esfera pública demandas “pós-materiais”, segundo a definição de Ronald Inglehart (1971)⁵. Além disso, muitos desses movimentos reivindicavam a participação direta na ação política, distante das perspectivas de movimentos políticos que tinham como objetivo a tomada do poder (Alonso, 2009; Gohn, 2008).

Nesse contexto, diversos autores, a partir de diferentes perspectivas, buscaram outros caminhos para uma teorização que desse conta da emergência dos “novos movimentos sociais”, ora estabelecendo certa aproximação, ora definindo diferentes graus de ruptura com o marxismo e o funcionalismo. Dessa forma, as abordagens neoclássicas, que passam a ocupar o debate a partir dos anos 1960, buscaram responder a questões formuladas e não respondidas, seja pelos funcionalistas, marxistas, seja pela “teoria” da psicologia das multidões. Em outras palavras, pensam dentro, a partir e para além de uma *doxa* estabelecida e questionada no campo das ciências sociais. Adiante, procura-se demonstrar as dicotomias entre estrutura e ação, racionalidade e emoções, determinação e contingência, tradição e moderni-

5. Designação esta que gerou nos anos 1970-1980 o debate sobre a distinção entre movimentos das “sociedades pós-industriais” e as sociedades do “Terceiro Mundo”.

dade, bem como categorias a exemplo de identidade, cultura, política, que definiram os recortes analíticos destas abordagens.

6. Autores como Alberto Melucci (1990; 1996), Tilly (1978), Foweraker (1995), Cohen (1985), Della Porta e Diani (1999) dialogam com tais tradições. Balanços mais recentes encontram-se em Gohn (2008a), Klandermans e Roggeband (2007), Alonso (2009), Stekelenburg e Klandermans (2009).

7. Há diferentes interpretações e classificações dos autores desta corrente. Comumente, faz-se uma distinção entre autores mais ligados à economia – McCarthy e Zald – e à sociologia política – Charles Tilly e Oberschall (Cohen, 1985; Nascimento, 1998).

Não se pretende aqui construir uma tipologia pormenorizada de tais abordagens⁶. Parte-se de uma caracterização geral de três tendências reconhecidas na literatura – a *teoria da mobilização de recursos*, a *teoria do processo político* e a *teoria dos novos movimentos sociais* – para salientar contribuições e questões analíticas, cujos desdobramentos estão presentes no debate contemporâneo.

A teoria da mobilização de recursos contrapôs-se, inicialmente, às abordagens que concebiam as manifestações coletivas como sendo comportamentos desviantes que acentuaram o seu caráter irracional, para afirmar a racionalidade das ações coletivas, tendo como ponto de partida pressupostos da sociologia das organizações. Em outros termos, o eixo das análises deslocou-se das estruturas para os aspectos estratégicos racionais da ação e para a mobilização de recursos materiais, humanos e simbólicos (McCarthy & Zald, 1977). A despeito das distinções⁷, as análises partem de uma lógica da interação estratégica e do cálculo de custos e benefícios (Cohen, 1985: 675). As pesquisas realizadas a partir dessas perspectivas ampliam-se e incorporam, posteriormente, a dimensão simbólica e os processos de composição e disputa de *quadros de referência (frame)*, ou quadros interpretativos que possibilitam o seu alinhamento num conjunto congruente de interesses, valores, objetivos e atividades como condição necessária para a participação, qualquer que seja a sua natureza ou intensidade (Snow *et alii*, 1986; Laraña & Gusfield, 1994). A relevância da TRM está no reconhecimento do papel ativo dos agentes na avaliação das ações, considerando recursos, estratégias e táticas.

As análises históricas realizadas por Charles Tilly (1978), apesar de sua proximidade com a perspectiva da mobilização de recursos, centram-se na disputa política. Seu modelo de análise – ao qual denomina “modelo de mobilização” – privilegia os *interesses, a organização, a mobilização de recursos e as oportunidades políticas*. Este autor considera, no entanto, que os interesses, a organização e a mobilização, que criam a capacidade da ação e não sua efetivação, estão subordinados à avaliação dos custos e benefícios resumidos sob o frontispício da repressão ou facilitação, do poder e das oportunidades ou ameaças. Há um investimento *nos processos políticos*, o que caracteriza a teoria do processo político. É a partir da efetivação de ações oportunas que os atores recorrem e inovam o *repertório de ações coletivas* (Tilly, 1978: 55 e 98). No âmbito da teoria do processo político, Sidney Tarrow fez grandes investimentos no desenvolvimento teórico, o qual desloca a questão da ação coletiva do “como” para uma análise estrutural, isto é, na intervenção crucial das variáveis políticas ou oportunidades políticas (Tarrow, 1994: 84). Apesar de Charles Tilly e Sidney Tarrow incorporarem categorias da teoria da mobilização de

recursos, eles se distanciam ao enfatizarem o papel do Estado, as oportunidades externas em detrimento das oportunidades internas e da organização. Tanto a teoria da mobilização de recursos como a teoria do processo político, além da ênfase dada aos recursos (materiais, organizacionais, humanos e simbólicos), colocaram em relevo os processos de mobilização, favorecendo as análises das oportunidades e as formas de participação, particularmente, no âmbito das instituições formais (Sherer-Warren, 2010: 20). Os autores da teoria do processo político também se aproximam da teoria dos novos movimentos sociais à medida que incorporam questões de identidade e a dimensão da cultura como recurso para a construção de quadros de referência que possibilitam a leitura e processos de identificação (McAdam, 1994; Gohn, 1997: 100).

Se a teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político voltaram-se para as estratégias e processos políticos, a teoria dos novos movimentos sociais voltou-se para decifrar a identidade dos novos atores emergentes no contexto dos anos 1960. O adjetivo “novo” tem diferentes significados e, segundo Alberto Melucci (1996: 5), configura ainda uma questão aberta, mesmo na atualidade⁸. A tendência foi a de contrapor os novos movimentos aos movimentos tradicionais, sejam agrários ou operários. Na América Latina, acentuou-se a novidade ante a crise do desenvolvimentismo e do populismo, com a emergência de regimes militares, passando a se acentuar o caráter espontâneo, democrático e a desvinculação dos partidos tradicionais (Foweraker, 1995: 40; Cardoso, 1996). Neste contexto, o foco voltou-se tanto para as novas formas de organização de caráter descentralizado, flexível, hierarquicamente fluidas e participativas, como também para novos conteúdos (cidadania, valores e significados). Há uma ênfase na afirmação de identidades não mais como expressão de uma classe ou categoria socioprofissional, mas expressão de um conjunto variado de princípios de identidade (Foweraker, 1995; Neveu, 1996; Gohn, 1997; Melucci 1996).

Os vários autores, adotando o termo “*novos movimentos sociais*”⁹, sublinharam os aspectos culturais e ideológicos, assim como as *lutas do cotidiano* (mundo da vida) e a *solidariedade* como constitutiva de *novas identidades*. Isso evidenciou ainda a complexidade simbólica e o amplo leque de orientações políticas presentes nas múltiplas manifestações coletivas em sua diversidade de pontos de identificação (nacionalismos, gênero, etnia/raça, religião, localismo, cidadania etc.). Há, nesse sentido, um reconhecimento de uma conformidade entre a heterogeneidade da sociedade civil e a heterogeneidade dos atores coletivos, caracterizando um campo plural e dinâmico em que identidades se redefinem nos processos de articulação¹⁰. Daí a recuperação e a relevância dada ao conceito de sociedade civil nos estudos dos adeptos desta perspectiva a partir dos anos 1990. Assim, o pensamento universalista de um sujeito único e central, próprio do marxismo, deu lugar a uma

8. Agrega-se aos adjetivos velhos, tradicionais, novos movimentos, a designação de novíssimos movimentos para se referir às mobilizações atuais no contexto da sociedade da informação.

9. Os autores que recorrem a esta terminologia têm como ponto em comum sua relação com o marxismo, com o desenvolvimento de abordagens diferenciadas e até opostas.

10. Entende-se por *articulação* os processos de composição de diferentes demandas e interesses em torno de um eixo ou ponto nodal (Mutzenberg, 2010).

interpretação da multiplicidade de lutas e contingência das identidades (Scherer-Warren, 2010).

De certa forma, pode-se afirmar que essas três abordagens tinham, inicialmente, uma perspectiva unidimensional, ou seja, buscaram um eixo para definir e analisar as manifestações coletivas – recursos, oportunidade políticas e identidade –, levando-os a reconhecer sua insuficiência e a incorporar elementos, sinalizando uma aproximação entre elas. Como observa Alonso (2009),

uma convergência mínima entre os enfoques “objetivista” e “subjetivista” se estabeleceu em torno da tese de que movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores. As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas (Alonso, 2009: 72).

A apropriação mútua de conceitos e a inclusão de novas questões, vislumbradas com as transformações sociais e políticas nos anos 1990, não resultaram numa síntese, apesar das tentativas, mas em acentuações díspares. Essa “dispersão”, ou pluralidade e complexificação, do debate, caracteriza as abordagens contemporâneas. Autores da teoria dos novos movimentos sociais, a partir das teses sobre “sociedade da informação”, “sociedade de redes”, “esfera pública”, deslocam o foco das análises dos movimentos sociais, atrelando-os ao tema da sociedade civil, pensado em nível nacional ou de uma “sociedade civil global”¹¹. Por outro lado, autores da teoria do processo político centrar-se-ão nos “confrontos políticos”, incluindo partidos, guerrilhas, terrorismo, guerras civis etc., em que os movimentos sociais seriam apenas uma forma de confronto (McAdam, Tarrow & Tilly, 2009).

Na última década, houve ainda um encantamento e uma acentuação dos processos de ativismo transnacional, bem como uma ênfase no papel das novas tecnologias da informação, tanto nos processos de mobilização como na difusão de ideias e práticas sociais de solidariedade internacional (Mato, 2004; Tarrow, 2005; Della Porta & Tarrow, 2005). Há de se considerar dois aspectos, em relação a esse encantamento: primeiro, cabe lembrar que o ativismo transnacional e a difusão de ideias não são novos, o que muda é a velocidade; segundo, apesar do caráter transnacional, o Estado nacional continua exercendo um papel fundamental nos conflitos de caráter local e global. A questão é observar como essas dimensões são absorvidas, incorporadas nos diferentes contextos sociais e culturais. Estudos têm demonstrado a ambiguidade desses processos mediáticos: se, por um lado, afirmam seu potencial, por outro, sugerem que esses novos meios podem ser fator

11. A recuperação do tema da sociedade civil na teoria dos novos movimentos sociais remete às contribuições de Habermas, Touraine e sua condensação por Cohen (1985); por outro lado, são referências as teses de Melucci e Castells para a ideia de uma sociedade civil global (Clark, 2003)

de aprofundamento de desigualdades, ampliando o abismo entre organizações da sociedade civil (Clark, 2003: 174).

A partir dos anos 1990, o processo de institucionalização de movimentos e sua especificidade acarretaram, em certa medida, uma especialização dos movimentos e das próprias análises, identificado também como processo de fragmentação analítica (McAdam, Tarrow & Tilly, 2009). É também nesse período que houve uma invisibilidade da temática sobre movimentos sociais nos fóruns e congressos na área das ciências sociais. O tema ressurge nos inícios do novo milênio, relacionado à presença crescente de confrontos políticos e ao enfrentamento das consequências e promessas não realizadas da nova ordem mundial sob a hegemonia neoliberal¹². Em nível geral, surgem os movimentos antiglobalização¹³ e, em nível local, protestos e mobilizações em face das demandas ou efeitos locais dos processos globais. Inclua-se a tentativa de acelerar o cumprimento de demandas postergadas, excluídas ou impulsionadas pelas novas políticas públicas (Della Porta, 2009; Tarrow, 2005; Bringel & Muñoz, 2010; Gohn, 2011; Mayo, 2005). Outro elemento que se considera relevante, nesse novo contexto, diz respeito ao ambiente político que dá visibilidade às divergências em torno dos mesmos significantes, tais como democracia, participação, cidadania, desenvolvimento, entre outros (Dagnino, 2004; Poletto, 2009; Mutzenberg, 2010; 2012). As análises têm apontado, como já afirmado acima, para mudanças na esfera pública a partir da inclusão das novas mídias ao repertório das ações coletivas (Thorburn, Barrett & Jenkins, 2003). Se as manifestações coletivas de protesto são ubíquas às sociedades, isso constitui uma característica permanente das sociedades contemporâneas e faz parte constitutiva das dinâmicas sociais (Mayer & Tarrow, 1998; Mutzenbeg, 2010).

O legado teórico-metodológico sobre as ações coletivas e os movimentos sociais tem sido referência para o desenvolvimento de pesquisas fora do contexto histórico e espacial de origem. Foi também nesse desenvolvimento que emergiram revisões críticas quanto ao alcance temático desses referenciais. A América Latina, nas últimas décadas, tem sido palco de debates epistemológicos, teóricos e metodológicos a evidenciamos que

as teorias referenciavam-se aos legados da modernidade e da modernização, ainda que, em muitos casos, com uma visão crítica, determinando-o como “legado civilizatório eurocêntrico” (Scherer-Warren, 2010: 19)¹⁴.

Dessa forma, diante dos desafios contemporâneos, além da releitura do legado construído, particularmente nos anos 1980 e início dos anos 1990, colocam-se as contribuições das “teorias pós-coloniais”, que propõem outra lógica de interpretação dos processos sociais. Estas retomam o problema da desigualdade e suas raí-

12. Sintomas do crescente interesse estão na proposição de mesas-redondas e grupos de trabalho em congressos, seminários e publicações sobre a temática. Pode-se identificar uma correspondência entre latência e visibilidade das manifestações coletivas e o debate teórico a seu respeito (Mutzenberg, 2010).

13. Compreende-se o movimento antiglobalização como rede de movimentos e grupos diversos com perspectivas que conectam o local ao global em torno da efigie neoliberal/globalização. Para uma breve discussão a este respeito, ver Bringel e Muñoz (2010).

14. Ainda sobre as tendências contemporâneas na América Latina, José Seonae, Emilio Taddei e Clara Algranati (2005), Manuel Antonio Garretón (2002) e, particularmente, os debates no âmbito da Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso) *Revista Observatório Social da América Latina (Osai)*.

zes históricas no colonialismo, e sua atualização nos processos contemporâneos; as múltiplas formas de dominação e violência; o debate sobre a concepção ocidental de desenvolvimento e a tentativa de impor esse modelo como universal; a reescrita da história da colonização e dos processos de descolonização. Numa perspectiva mais ampla, põe-se em questão a construção de conhecimento sobre as manifestações coletivas de contestação a partir das chaves de leitura presentes na produção europeia e norte-americana (Kassam, 1994; Mignolo, 2000; Wallerstein, 2007; Grosfoguel, 2008; Sherer-Warren, 2010; Amin, 2011).

O conjunto conceitual das abordagens contemporâneas, com suas aproximações e distanciamentos, caracteriza-se por um amplo leque plural formado pelas contribuições das teoria da mobilização de recursos, teoria do processo político, teoria dos novos movimentos sociais, da crítica pós-colonial, além dos aportes das teorias feministas (Butler, 2007), da sociologia das emoções (Scribano, 2009; Flam & King, 2005; Mouffe, 2000a), proposições vindas de outras disciplinas, a exemplo da geografia, com as noções de espaço e território (Bringel, 2007; Poletto, 2009).

A miríade de abordagens e manifestações, a partir das quais é identificada uma diversidade de atores, de motivações, de orientações, de formas de organização, de níveis de articulação, que vão do local ao global, proíbe a sua redução a um conceito ou a uma teoria sociológica particular (Santos, 2001; Poletto, 2009). Isso não impossibilita a análise sociológica: sugere, por um lado, o questionamento de modelos analíticos generalizáveis a diferentes situações e contextos históricos e, por outro lado, o desafio de superar o nível descritivo.

Traçado esse quadro geral, tem-se como objetivo particular, no item a seguir, situar o debate sobre o tema no continente africano.

Abordagens sobre ações coletivas e movimentos sociais em África

No caso das sociedades africanas, em particular, põe-se a questão quanto à pertinência daquele legado para os estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais, considerando suas particularidades, e contrapõe-se, ao mesmo tempo, à noção de sua “alteridade absoluta” construída para a afirmação do Ocidente como diferentes em relação ao resto do mundo – *West/Rest* (Mbenbe, 2001), reproduzindo uma visão excêntrica, como se as sociedades africanas tivessem uma lógica própria e especial, ditada por um contexto tão radicalmente diferente que impediria qualquer comparação global (Ellis & Kessel, 2009). Em que medida as abordagens desenvolvidas no mundo ocidental condizem com aquelas realidades ou em que medida levam a uma visão míope das dinâmicas e particularidades das manifesta-

ções coletivas? Quais os questionamentos e limites apontados pelas pesquisas no contexto das sociedades africanas em relação às abordagens construídas no campo acadêmico fora da África?

Pode-se considerar, inicialmente, que as análises voltadas para as ações coletivas e os movimentos sociais começam a ser introduzidas, fundamentalmente, a partir da década de 1990. Conforme exame bibliográfico elaborado por Mahmood Mamdani, Thandiko Mkandawire e Ernest Wamba-Dia-Wamba (1992)¹⁵, no período das lutas pela independência e no pós-independência, a questão central que orientou o debate e a pesquisa girou em torno da “construção nacional”, centrada no Estado, este concebido como sujeito do desenvolvimento. Foram raros os estudos sobre movimentos sociais; estes estavam restritos a determinadas categorias sociais, em particular à classe operária. Os autores consideram que isso levou a uma compreensão muito parcial não só sobre movimentos sociais, mas também sobre a sociedade civil como um todo (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992).

Os autores acima referidos identificam três escolas que concorreram tanto para conceituar como para orientar as experiências africanas na construção dos Estados nacionais. A Escola Africanista, de inspiração norte-americana, e sua aproximação posterior às teorias da modernização, é identificada como a primeira escola a orientar análises, assumindo também caráter de receituário. Esta forma de africanismo centrou-se na análise histórica da formação do Estado pré-colonial, tendo como alvo a constituição de Estados fortes no pós-independência. A visão de história subjacente é a de uma história das classes dirigentes (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 66). Entre os autores africanistas norte-americanos havia aqueles que teriam compreendido a construção nacional como projeto a ser realizado em aliança com as antigas potências coloniais. Daí, no pós-independência, uma convergência destes pontos de vista com o programa das “teorias da modernização”. A despeito das diferentes abordagens no interior da Escola da Modernização – funcionalista, dos processos sociais de tendência psicológica e a perspectiva institucionalista –, acentuou-se a necessidade de um Estado forte em relação à sociedade civil, a fim de garantir a estabilidade e levar a cabo a tarefa da modernização, papel atribuído às elites. A identificação desta elite é ponto controverso; para alguns seria a classe administrativa, para outros as Forças Armadas, e para outros ainda, os partidos. Essas perspectivas explicativas assumiram um caráter prescritivo. Significaram, ainda, a identificação das mobilizações como problema em que

as reivindicações populares eram consideradas irrelevantes, uma amálgama de ativismo e utopia. Pensava-se que eram o fruto da

15. O texto aqui referido – “Movimentos sociais e democratização do desenvolvimento em África” – é um dos nove temas de investigação definidos na Assembleia Geral do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (Codesria), realizada no Senegal em 1985 (Codesria, 1992).

combinação de valores tradicionais (particulares, tribais) e do “efeito do mimetismo internacional” próprio do mundo moderno, que engendrara a aberração “dos Estados pré-industriais”, vergados sob o peso de valores e exigências “pós-industriais” [...]. Considerava-se que estas reivindicações sociais minavam as novas estruturas estatais ainda precárias, que eram, por conseguinte, “disfuncionais” ou “pretorianas” (Mamdani, Mkamdawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 69).

Naquele contexto, os intelectuais africanos, adeptos da Escola da Modernização, teriam desempenhado papel secundário e marginal, tendo uma contribuição mínima para a análise das sociedades africanas. Outra consequência, apontada pelos autores, foi a atribuição da crise dos anos 1980

às classes dirigentes que não conseguiram fazer reinar a ordem na sociedade civil, nem sequer entender-se entre si. Há quem diga que o “tribalismo” é a verdadeira maldição de África (Mamdani, Mkamdawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 71).

Em outros termos, a crise teria resultado da incapacidade do Estado de criar as condições para uma decolagem efetiva, em decorrência da má gestão e da corrupção endêmica dos funcionários, sufocando a iniciativa privada. O que se coloca como relevante, aqui, é a observação do lugar – ou não lugar – ocupado pelos atores da sociedade civil nessas abordagens. Daí a ausência de estudos conhecidos relacionados às manifestações coletivas e/ou aos movimentos sociais.

A segunda escola situa-se no âmbito das teorias da dependência. Se a Escola da Modernização teve o seu foco no Estado, as teorias da dependência, segundo os autores, privilegiaram a análise estrutural centrada na relação centro-periferia. Apesar da crítica ao dualismo, entre tradicional e moderno, ao elegerem como foco as relações de dominação, base para a tese do subdesenvolvimento, mantiveram um dualismo ao centrar suas análises na relação centro-periferia. Atribuem, assim, um papel ativo ao centro e um papel passivo à periferia, obscurecendo fatores históricos de resistências e as relações internas. Essa abordagem, ao privilegiar fatores “objetivos” e conferir pouca relevância aos fatores subjetivos, teria contribuído para despolitizar as análises, uma vez que, ao se centrar, por exemplo, na teoria da “troca desigual”, teria levado a considerar o capitalismo como o verdadeiro sujeito do processo histórico. Segundo os autores, essa escola não desenvolveu uma análise das relações de classes complexas na periferia, inviabilizando uma compreensão do modo de reprodução da relação de dependência, bem como não teria proposto meios para a transformação social. Isto também se refletiria na tese sobre a crise em África como sendo uma crise exógena, decorrente da crise da relação centro-periferia. Em outros termos, os autores buscam demonstrar que, de forma similar

à Escola da Modernização, a Escola da Dependência não detinha instrumentos para a análise dos processos políticos internos, em nível das forças políticas e sociais da sociedade civil¹⁶.

Por fim, a Escola do Modo de Produção, influenciada pelo estruturalismo francês, critica as duas escolas anteriores, centrando suas análises na articulação dos modos de produção capitalista e pré-capitalista, deslocando as análises do Estado para a sociedade. Mesmo que isso tenha significado um olhar sobre os processos da formação de classes nas sociedades africanas e alianças entre as classes, o foco analítico limitou-se à classe operária como fator para a mudança social. Como afirmam os autores,

quando lhes acontecia serem de facto confrontados com movimentos de massa não proletários, pura e simplesmente não os tomavam em conta (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 78).

Em suma, esta abordagem teria reafirmado, por outro caminho, a visão de uma sociedade sem classes, uma África “primordial” impenetrável ao poder estatal, reconduzindo a dicotomias como tradicional *versus* moderno, movimentos tribais *versus* movimentos nacionalistas, movimentos culturais *versus* movimentos políticos, movimentos religiosos *versus* movimentos políticos. Desta forma, teriam reproduzido uma

ideia simplista e maquinal de uma luta que despojava os movimentos políticos da sua dimensão cultural e todos os movimentos culturais de seu significado político (Mamdani, Mkandawire & Wamba-Dia-Wamba, 1992: 82).

Em face da crise na década de 1980, e a partir da revisão das abordagens acima referidas, os autores propõem o desenvolvimento de estudos críticos que possibilitem uma visão das organizações, formas de participação democrática ou outras, presentes no desenvolvimento histórico dos movimentos em África. Evidencia-se um empenho para redirecionar o foco analítico centrado no Estado para as dinâmicas da sociedade civil, tendo como *background* tensões internas e os processos de negociação em torno do programa de ajustamentos macroeconômicos e da “democratização”¹⁷. A partir deste redirecionamento, o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (Codesria) incentivou o desenvolvimento de um conjunto de estudos que resultou na publicação, em 1995, da coletânea *African studies in social movements and democracy*, composta de textos individuais com base em pesquisas realizadas em diferentes países em África¹⁸. Esses estudos tiveram como ponto de partida – mais ou menos comum entre os pesquisadores – o de

16. Os autores, aqui, têm em vista uma abordagem predominantemente econômica. Um aspecto que demandaria uma pesquisa mais direcionada seria a análise aprofundada da recepção das teorias da dependência, particularmente ao se introduzir uma análise das relações de classe.

17. A política de ajuste estrutural sob a hegemonia neoliberal, como resposta à crise geral de acumulação do modelo de acumulação, passa a definir os rumos nos países africanos particularmente a partir da segunda metade dos anos 1980, quando o Estado é tanto o vilão a ser combatido como o agente fundamental para a implementação desta política (Ugá, 1997: 81).

18. A coletânea sob o título *African studies in social movements and democracy*, além da introdução e de uma reflexão crítica, conta com a contribuição de mais 14 textos sobre os seguintes temas: gênero, juventude, religião, organizações sindicais e não sindicais e movimentos sociais na África ocidental.

ancorar as análises em “processos sociais concretos” e não numa definição prévia de movimento social. Assim, de modo geral, os textos têm um caráter mais histórico descritivo, a partir dos quais são colocadas em evidência questões salientadas na introdução da coletânea. Entre tais questões, o conceito mesmo de movimento social é questionado, o recorte entre novos e antigos e sua adjetivação de popular para diferenciá-lo de outros movimentos não populares. No conjunto das pesquisas, coloca-se em evidência a transversalidade de temas e atores, e as particularidades dos diferentes contextos marcados por contingências que se opõem a uma suposta consistência ou coerência interna do que emerge como movimento e/ou manifestação coletiva.

Um segundo aspecto ressaltado diz respeito ao conceito de sociedade civil e à dificuldade de sua aplicabilidade da forma como é definido na literatura da tradição ocidental. Emergem perguntas tais como (Mamdani, 1995: 3): o que é sociedade civil? Ela existe ou está emergindo? Está restrita à esfera moderna, baseada na diferenciação entre o político e o social, entre o social e o econômico, ou inclui a “esfera tradicional”, em que estas dimensões estariam mais difusas? As análises colocam em destaque a variação, a composição entre grupos étnicos, religiosos, partidos, categorias sociais (operários, camponeses, mulheres, estudantes), chamando a atenção para uma não linearidade e um processo organizacional não necessariamente evolutivo (Mamdani, 1995: 6).

Segundo o que se pode constatar, não houve, nos anos seguintes, uma continuidade ao programa de pesquisa sobre movimentos sociais proposto pelo Codesria. Ocorreu algo semelhante ao que sucedeu em outros continentes, em que o foco das análises se voltou aos processos de institucionalização, que, em África, foram particularmente hegemonizados pelas teorias da transição democrática. Do ponto de vista pragmático, essas teorias haviam se consagrado, nos anos 1980 e 1990, como as mais bem-sucedidas abordagens sobre o assunto (Bratton, 1994; Cardoso & Augel, 1996; Bratton & Walle, 1998; Chabal, 1998; Macuani, 2000; Ibrahim, 2003). Desta forma, o foco das análises em África continuou sendo, predominantemente, o Estado, em detrimento da análise sobre a democracia no âmbito da sociedade civil.

Particularmente em relação à África subsaariana, a literatura sobre transição de regimes autocráticos para regimes democráticos é ampla e divergente. Se há pontos em comum, um deles é a incerteza e um grau de indeterminação dos processos de transição, bem como o questionamento das periodizações ou fases previstas nesse processo¹⁹. Nessas análises evidencia-se, ainda, a tensão – ou o conflito – entre o “tradicional” e a “modernidade”, cujas interpretações e acentuações oscilam entre uma retraditionalização da política e a convivência bifurcada ou composições híbr-

19. A ideia de três fases do processo de transição – liberação, democratização e consolidação – foi proposta num estudo amplo sobre países do Sul europeu e da América Latina por Guilherme O'Donnell e Philippe C. Schmitter (1989). Outras nomeações foram propostas, tendo como elemento comum a ideia de um processo mais ou menos linear evolutivo.

das. Neste sentido, Patrick Chabal e Jean-Pascal Daloz enfatizam a permanência da tradição, ou do que denominam “africanização da política”, afirmando que os processos de democratização estariam sendo reinterpretados localmente a partir de uma lógica patrimonialista (Chabal & Daloz, 1999). Por outro lado, Michel Bratton e Nicolas van de Walli (1998) salientam a composição do poder das sociedades tradicionais com estruturas burocráticas, constituindo uma lógica neopatrimonialista. Entre esses dois polos, Mahmood Mamdani (1996) acentua a cristalização de duas formas de poder forjadas no período colonial: um poder urbano, sob uma linguagem da sociedade civil e dos direitos; e um poder rural, assentado na comunidade e na cultura, constituindo-se um Estado bifurcado. Em outros termos, coloca-se como questão os caminhos contingentes da formação das sociedades africanas a partir de estruturas pré-coloniais, coloniais, pós-independência, essas últimas entendidas como sistemas centralizados e de transição para a democracia, a partir do final dos anos 1980. Isso evidencia processos diversos em decorrência da pluralidade de organizações sociais pré-coloniais, seja pelos processos mais ou menos conflituos, internos e externos, das independências, seja pelas formas recentes de inserção na economia mundial conjugada ao modelo hegemônico neoliberal. Há de se acrescentar a presença cada vez mais significativa de transnacionais de múltiplas origens, que se constituem em atores importantes no quadro político e econômico, e os consequentes impactos sociais nas sociedades africanas.

Ao considerar esse conjunto de fatores, as transições políticas, as mudanças nas economias e nas sociedades civis nos Países africanos de língua oficial portuguesa (Palop), por exemplo, apesar do domínio colonial português em comum, tiveram trajetórias muito distintas, resultando em configurações sociais, políticas, econômicas e institucionais muito particulares. Esses aspectos são relevantes para as formas de presença, composição e relações da sociedade com o Estado (Augel & Meyns, 2002).

Isso põe como questão a relação entre Estado e sociedade, cujas análises têm salientado o comportamento intervencionista e a não inserção da população nos acontecimentos políticos. Como observa Macamo, “o Estado não emana da sociedade. Foi o Estado quem inventou a sociedade” (Macamo, 2001: 90). Em que medida as iniciativas e a mobilizações da sociedade, no quadro atual, estão alterando esse quadro?

O tema das mobilizações sociais em África, salvo melhor avaliação, foi retomado na última década, seguindo uma tendência mais geral, apontada anteriormente, em que se acentua uma descentralização conceitual e das temáticas e aquilo que se poderia considerar como “setorização das mobilizações”²⁰, tendência esta surpreendida nos últimos anos com as manifestações e protestos de massa, colocando em evidência o papel das novas mídias.

20. Bringel e Muñoz (2010) chamaram a atenção para a tendência das ações coletivas recentes de caráter global, ou mesmo locais, serem convocadas de forma crescente por grupos setoriais, como os das mulheres, dos camponeses etc.

21. Há de se considerar, aqui, os limites do levantamento bibliográfico sobre o tema. Considera-se, no entanto, que é possível identificar tendências em países onde o tema está mais presente, exercendo uma influência para além de seus contextos nacionais, a exemplo, Centre for Civil Society, University of Natal, Durban.

A retomada dos estudos de caso sobre movimentos sociais em África, de modo similar ao que vem ocorrendo em outras partes do mundo, centra o interesse sobre a questão da democracia, a participação da sociedade civil e a multiplicidade de formas, atores e demandas das manifestações coletivas, particularmente na presença de ONGs locais e internacionais. No campo acadêmico, recolocam-se, também nos estudos em África, a questão de uma pretensa universalidade das teorias sobre os movimentos sociais (Habib & Opucu-Mensah, 2009; Robins, 2008)²¹. Como exemplo, confrontando as abordagens da teoria do processo político, a teoria da mobilização de recursos e a teoria dos novos movimentos sociais com estudos dos movimentos sociais em África, particularmente em África do Sul, Adam Habib e Paul Opucu-Mensah avaliam que tais estudos desafiam tanto os pressupostos de uma homogeneidade como a possibilidade de generalizações de características para o universo dos movimentos sociais. Destacam, assim, a heterogeneidade das manifestações em África, centradas em políticas distributivas relacionadas aos serviços básicos, à terra, ao trabalho, aos direitos das mulheres, aos refugiados, às minorias sexuais, à oposição às organizações multilaterais e às corporações transnacionais. O argumento é que as reivindicações fundamentais e os contextos seriam distintos daqueles abordados pelas teorias dos movimentos sociais acima mencionadas. Em África, as mobilizações seriam um produto e uma resposta a um contexto concreto de privação, negação de direitos e de injustiças, cujas formas, mecanismos e estratégias apresentam uma grande heterogeneidade (Habib & Opucu-Mensah, 2009: 55).

Mesmo que essas sejam características preponderantes, a literatura sobre o tema apresenta uma diversidade de protestos: das reivindicações básicas à afirmação de direitos, da superação de privações materiais a demandas simbólicas (Leslie, 2006; Robins, 2008). Entretanto, fica a questão, mesmo para aquelas manifestações de demandas “não materiais”, da razão de alguns se rebelarem e outros não, ao estado de privação. Além das questões sobre características sociodemográficas, posições que ocupam numa hierarquia social, conteúdos e formas dos protestos, mecanismos de mobilização, motivações etc. (Habib & Opucu-Mensah, 2009: 42). Assim, ao considerar a heterogeneidade da composição das manifestações, há de se perguntar sobre os processos de articulação de elementos aglutinadores que possibilitam gerar uma unidade, mesmo que temporária, a partir da diversidade de interesses, visões e motivações. Nessa direção, é particularmente relevante que se considerem aspectos históricos, em particular o ativismo passado, o associativismo promovido pelas ONGs, intensificado nos anos recentes, com a importação de agendas de políticas sociais. Por outro lado, há de se levar em conta a ação dos partidos, para os quais o Estado assumiu papel organizador da sociedade civil em função da construção nacional, contraposto às identidades étnicas, que continuam a ser uma questão onipresente. A reafirmação dos grupos étnicos, no contexto da democratização, é

objeto de pesquisa e compõe o jogo político²². Nas últimas décadas, com o processo de democratização e abertura econômica, os Estados mantêm uma posição central, mas a presença de empresas transnacionais tem constituído novos atores que introduzem profundas mudanças nas sociedades africanas²³. Essas são objeto de focos de protestos sociais em várias regiões, a exemplo dos conflitos com a empresa brasileira Vale do Rio Doce, em Moçambique (Mutzenberg, 2014).

Essa vivência e a sua percepção podem ser geradoras de discursos a partir dos quais sejam construídas realidades contextuais, assim como os contextos institucionais e os processos de difusão podem condicionar as percepções e moldar a produção coletiva de conhecimento, base para a articulação também de protestos sociais.

Constata-se, assim, uma maior diversidade de abordagens que dialogam com diferentes perspectivas teóricas sobre movimentos sociais. Saliente-se também que o desenvolvimento de pesquisas sobre mobilizações coletivas e movimentos sociais é bastante distinto e desigual no continente africano, concentrando-se em alguns países. Em face dessa diferenciação, a consideração de Isabel Casimiro, em relação ao conjunto da vida em África, é também válida para a área da produção de conhecimento sobre manifestações coletivas, ou seja,

contrariamente ao que alguns cientistas sociais têm expressado, não existe apenas uma maneira de viver e de pensar que pareça expressar a especificidade das culturas africanas, omitindo o pluralismo interno e a existência de um leque variado de práticas e normas sociais marginais que refletem a sua diversidade e as mudanças internas que as tornam culturas vivas (Casimiro, 2012: 223).

Isso reforça o pressuposto aqui defendido, de que a pesquisa não pode partir de modelos definidos *a priori* para identificar a pertinência das manifestações aos modelos, o que reforçaria uma análise pela negativa, ou, conforme afirma Mbembe (2001), saber o que não são as sociedades africanas. É de se considerar as especificidades, o que não significa pressupor, como afirmado acima, que tudo o que ocorre em África tem sua lógica própria e especial, ditada por um contexto radicalmente distinto. Há de se reconhecer que as sociedades, não só africanas, estão enraizadas em múltiplos tempos, trajetórias e racionalidades, inseridas num contexto global, cuja conceituação e cujo conhecimento se inserem num campo constituído e sujeito a processos de hegemonização. Em outros termos, coloca-se a pergunta de se seria possível encontrar um espaço crítico autônomo, fora deste jogo? (Macamo, 2004). De uma forma ou de outra, é a partir deste diálogo que são postas questões teóricas, metodológicas e se indaga sobre quem define o que, para que e como pesquisar. Em que medida as pesquisas reproduzem aquilo que Hountondji denomina como

22. Nesta direção, ver o trabalho de Sérgio Chichava (2008), *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique*.

23. A literatura sobre investimentos internacionais em África tem-se ampliado na última década. Se o colonialismo foi marcado pelo domínio dos Estados nacionais europeus, na atualidade a marca é a competitividade entre transnacionais de diferentes nacionalidades (ver Macuane, 2005; Alden, 2007; Castel-Branco, 2008; Mutzenberg, 2014).

investigação extrovertida, virada para o exterior, ordenada e subordinada em função de necessidades externas, em lugar de ser autocentrada e destinada, em primeiro lugar, a responder às questões colocadas, direta ou indiretamente, pela própria sociedade africana? (Hountondji, 1989: 109).

A questão é: sobre o que se está falando quando se menciona a sociedade africana, qual ou quais sociedade(s), quais interesses e quem os define. Nessa direção, os protestos sociais constituem uma das vozes dessas sociedades. Isso coloca também a relevância da questão sobre o lugar e o papel do pesquisador no jogo de relações de poder.

Considerações para a análise dos protestos sociais

Dentro dos limites deste artigo, o exame de abordagens sobre ações coletivas e movimentos sociais, em função da identificação de questões e referências para a análise de protestos sociais, evidencia que, independentemente de onde foram produzidas, situam-se num campo temático constituído e heterogêneo. Distintos pressupostos teóricos e metodológicos formam um quadro complexo, cuja constituição decorre tanto do diálogo e dos posicionamentos de pesquisadores, quanto do próprio objeto sobre o qual se debruçam. Em outros termos, nessas abordagens, o objeto de conhecimento é uma construção a partir de pressupostos teóricos com consequências metodológicas e não se constitui como dado. Constata-se, ainda, a tendência em negar uma teleologia, e destaca-se a perspectiva de não deduzir tais fenômenos como simples decorrências de determinações estruturais, afirmando a ação dos agentes envolvidos, cujos desdobramentos são contingentes e imprevisíveis. Cabe indagar, a partir de contextos sociais estruturados, quais leituras e significações são articuladas pelos agentes, que possibilitam um processo de identificação num conjunto heterogêneo de interesses, valores e demandas. Cabe retomar a pergunta de Melucci: quais códigos e processos estão subjacentes para a constituição dos protestos sociais?

Advoga-se, do ponto de vista metodológico, que a análise dos protestos sociais tome como ponto de partida os processos internos de articulação efetivados pelos agentes sociais, bem como os sentidos mobilizados que fornecem quadros de interpretação da realidade social. Define-se protesto social como processos construídos pelos agentes a partir de uma leitura do contexto, da conjuntura e das oportunidades políticas, articulada discursivamente na construção de pontos de identificação. Destes pontos se estabelecem identidade e adversários (Estado, organismos multilaterais, instituições, empresas, corporações transnacionais etc.), resultando numa

unidade contingente. Nessa direção, colocam-se questões sobre valores, quadros de referência, a partir dos quais carências são definidas como demandas, recursos são mobilizados e há a criação de um espaço de negociação de caráter conflitivo ou mesmo antagônico. Seguindo este raciocínio, os protestos sociais seriam decorrentes de um processo interativo de construção no interior de um campo político, onde atores se articulam, compondo diferenças e semelhanças, intermediadas pelo discurso, tornando-se participantes potenciais ou efetivos, diretos ou indiretos, do “jogo” de forças, e com possibilidade ou não de influir nas próprias regras desse “jogo” político, como processo ativo de construção do social.

Os protestos sociais se inserem, assim, num campo de conflitos, entre possibilidades e limites, entre o instituído e a sua transformação, enfatizando os processos de significação. Essa ação, por sua vez, ainda que imprevisível, não se move no vazio, senão no interior de contextos cristalizados, decorrente de processos decisórios anteriores. No confronto de fixações por meio de práticas articulatórias, estabeleceram parcialmente uma determinada ordem social (Laclau & Mouffe, 1989).

A partir dessas considerações, são propostas quatro considerações gerais para a pesquisa e a análise de protestos sociais:

□ Ao se considerar que os protestos sociais se situam numa determinada configuração social, marcada pelas experiências pretéritas e fixações que definem uma determinada ordem social, como padrões de práticas ou sistema de regras que definem um horizonte dentro do qual alguns objetos são representáveis e outros excluídos, pergunta-se: como os agentes definem seus contextos, que lógicas estão subjacentes na definição e interpretação destes? As interpretações e práticas podem estar referidas a distintas lógicas que se confrontam nas práticas sociais. Podemos considerar aqui, por exemplo, que a lógica de mercado, a lógica de parentesco etc. adquirem o seu significado em contextos relacionais temporários e precisos. Essas lógicas serão sempre seguidas por outras lógicas, muitas vezes contraditórias. Nenhuma delas tem uma validade absoluta que defina um espaço ou momento estrutural factível de ser subvertido (Laclau & Mouffe, 1989: 243).

□ Determinados eventos, não controláveis, confrontam e rompem com formas espaciais de representação e estruturas discursivas. A partir deles surgem possibilidades de articulações que oferecem uma (re)descrição da realidade, proporcionando um princípio de leitura de uma situação e de identificação. Nesse sentido, um discurso de gênero ou de base étnica, entre outros, apresenta outras possibilidades de

centramento. Os confrontos políticos, nesta definição, decorrem de determinados processos que se articulam em torno de uma produção de sentidos, que remete a valores/quadros de referência, a partir dos quais se estabelecem identidades, fronteiras e demandas. Assim, cabe indagar como, que valores e quais quadros de referência são mobilizados em cada protesto social.

□ Todo enfrentamento político demanda mobilização de recursos (materiais e imateriais), mecanismos, repertório de ações, níveis de solidariedade ou redes (locais, nacionais, regionais ou transnacionais). Tais aspectos precisam ser identificados pelo pesquisador.

□ Por fim, todo enfrentamento político suscita reações do poder instituído, não restrito ao Estado. É necessário identificar quais são os atores envolvidos e quais as reações, os conflitos e os posicionamentos que emergem nesses confrontos (negociação, repressão etc.).

Nesta perspectiva, a análise dos protestos sociais leva a reconhecer o legado teórico e metodológico referente à análise das ações coletivas e dos movimentos sociais, bem como oferece a possibilidade de identificação de temas e questões que emergem dos contextos sociais não problematizados no campo teórico. Retomando Paulin Hountondji (1989), ao referir-se à investigação extrovertida em África, trata-se de buscar caminhos de investigação a partir de dentro, num esforço de responder a problemas articulados nos protestos sociais, direta ou indiretamente, por seus agentes.

Abstract: The text aims to analyze a range of issues relevant to the research field on collective actions, especially as developed in the United States, and about social movements, as predominantly developed in Europe. It aims to highlight issues, principles and concepts related to these issues. Further, it, seeks to identify trends and perspectives present in the tradition of research on collective action and social movements in Africa, taking into consideration the question of the use of these traditions, their relevance and limits. The procedure is to identify a repertoire for the construction of avenues for the analysis of social protest. Starting from the literature produced in the subject field of collective action and social movements, the paper aims to indicate possible analytical avenues guiding the development of research for the analysis of social protest, understood as a form of collective action or moment of visibility for a social movement. An analysis of social protest aids in the recognition of the theoretical and methodological legacy of the analysis of collective action and social movements. As well, it enables the identification of themes and issues that emerge from the social contexts themselves and which are not problematized in the field of theory.

Keywords: collective action, social movements, social protests, private-universal, production of meaning, Africa.

Referências

- ALDEN, Chris. *China in Africa*. London; New York: Zed Books, 2007.
- AL-GADDAL SAID, Mohamed. The Sudanese Communist Party and Liberal Democracy: 1946-69. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 69-98. Dakar: Codesria, 1995.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n. 76, p. 49-86. São Paulo, 2009.
- AMIN, Samir. Modernity and religious interpretation. In: KEITA, Lansana (Org.). *Philosophy and african development: theory and practice*. Dakar, Codesria, 2011.
- ARMADIUME, Ife. Gender, political systems and social movements: A West African experience. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 35-68. Dakar: Codesria, 1995.
- AUGEL, Johannes; MEYNS, Peter. Processos de transição na África Lusófona. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, Nova Série, n. 5, p. 7-50. Bissau, Jul. 2002.
- AVRITZER, Leonardo. Um paradigma para os movimentos sociais no Brasil. *Revista de Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35. São Paulo, Fev. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v12n35/resenha1.pdf>>. Acesso em: 20 Maio 2014.
- BATHILY, Abdoulaye; DIOUF, Mamadou; MBODJ, Mohamed. The Senegalese Student from its Inception to 1989. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 369-408. Dakar: Codesria, 1995.
- BLUMER, Herbert. Social movements. In: LYMAN, Stanford. M. *Social movements, critiques, concepts, case-studies*, p. 60-83. London, Macmillan Press, 1995.
- BRATTON, Michael; WALLE, Nicolas van de. *Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BRATTON, Michael. Civil society and political transition in Africa. *IDR Reports*, v. 11, n. 6, p. 1-21, 1994.

BRINGEL, Breno. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 27 n. 2, p. 35-49. Goiânia, Jan.-Jun. 2007.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1, p. 28-36. São Leopoldo, Jan.-Abr. 2010.

BUENDE, Kaire. Social movements and the demise of apartheid colonialism in Namibia. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 462-490. Dakar: Codesria, 1995.

BUTLER, Judith. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona; México; Buenos Aires: Paidós, 2007.

CALHOUN, Craig. "New Social Movements" of the early nineteenth century. *Social Science History*, v. 17, n. 3, p. 385-427. Durham, 1993.

CALHOUN, Craig. *The question of class struggle: social foundations of popular radicalism during the Industrial Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

CARDOSO, Carlos; AUGEL, Johannes (Orgs.). Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios. *Coleção Kacu Martel*, v. 10. Bissau: Inep, 1996.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 81-90. São Paulo, Brasiliense, 1996.

CASIMIRO, Isabel. Mulher, pesquisa, ação e mudança. In: SILVA, Teresa Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*, p. 211-226. Dakar, Codesria, 2012.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Os megaprojectos em Moçambique: que contributo para a economia nacional? Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva. Museu de História Natural (Maputo) 27-28 Nov. 2008. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf>. Acesso em: 9 Set. 2014.

CHABAL, Patrick. A transição democrática em África: problemas e perspectivas. Colóquio Internacional. *Que Estados, que nações em construção nos cinco?* p. 143-157. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 1998.

———. Twilight Zone: sociedade civil e política em Angola. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. *Sociedade civil e política em Angola: enquadramento regional e internacional*, p. XIX-XXXIII. Lisboa; Luanda: Firmamento, 2008.

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. *Africa works: disorder as political instrument*. Bloomington (IN): Indiana University Press, 1999.

CHICHAVA, Sérgio. *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique*. Maputo, Iese, 2008. Disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf>>. Acesso em: 9 Set. 2014.

CHIKHI, Said. The working class, the social nexus and democracy in Algeria. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 309-336. Dakar: Codesria, 1995.

CLARK, John. *Globalizing civic engagement: civil society and transnational action*. London: Earthscan Publication, 2003.

CODESRIA. *Ciências sociais em África: alguns projetos de investigação*. Dakar: Codesria, 1992.

COHEN, Jean. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, v. 52, n. 2, p. 663-716, 1985.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*, p. 95-110. Caracas: Faces; Universidade Central de Venezuela, 2004.

DELLA PORTA, Donatella; CAIANI, Mmanula. *Social movements and europeanization*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements an introduction*. Oxford: Blackwell, 1999.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. *Transnational protest and global activism*. New York; Toronto; Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

ELLIS, Stephen; KESSEL, Ineken van (Orgs.). Introduction: African social movements or social movements in Africa? In: ELLIS, Stephen; KESSEL, Ineke van (Eds.). *Movers and shakers social movements in Africa*, p. 1-17. Leiden; Boston: Brill, 2009.

FLAM, Helena; KING, Debra. *Emotions and social movements*. New York: Routledge, 2005.

FOWERAKER, Joe. Social movement theory and the political context of collective action. In: EDMONDSON, Ricca. *The political context of collective action: power, argumentation and democracy*, p. 48-63. New York: Routledge, 1997.

———. *Theorizing social movements*. London: Pluto Press, 1995.

GARRETÓN, Manuel Antonio. A. La transformación de la acción colectiva en América Latina. *Revista de la Cepal*. Santiago, Abr. 2002.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre movimentos sociais: o debate contemporâneo. Congresso SBS2011, GT 13, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 2008a.

———. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 439-456. Salvador, Set.-Dez. 2008b.

———. *Movimentos sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores*. Petrópolis: Vozes, 2003.

———. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

HABIB, Adam; OPOKU-MENSAH, Paul. Speaking to global debates through a national and continental lens: South African and African social movements in comparative perspective. In ELLIS, Stephen.; KESSEL, Ineke van (Orgs.). *Movers and shakers social movements in Africa*, p. 44-62. Leiden; Boston: Brill, 2009.

HOUNTONDJI, Paulin. *Endogenous knowledge: research trails*. Dakar: Codesria, 1997.

———. Investigação e extravasão: elementos para uma sociologia da ciência nos países da periferia. *Soronda*, n. 8, p. 107-118. Bissau, Jul. 1989.

IBRAHIM, Jibrin. *Democratic transition in anglophone West Africa*. Dakar: Codesria, 2003.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in post-industrial societies. *American Political Science Review*, v. 65, p. 991-1017. Cambridge, Dez. 1971.

KASSAM, Aneesa. The Oromo theory of development. In: OSAGHAE, Eghosa (Org.). *Between State and civil society in Africa: perspectives on development*. Dakar: Codesria, 1994.

KLANDERMANS, Bert; ROGGEBAND, Conny (Orgs.). *Handbook of social movements across disciplines*. New York: Springer, 2007.

KRICHEN, Zyed. The islamic fundamentalist movement in Tunisia, 1970-1990: history and language. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 544-601. Dakar: Codesria, 1995.

KRIESI, Hanspeter *et alii*. *New social movements in Western Europe*. London: University College London Press, 2002.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 41-47. São Paulo, Out. 1986.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London; New York: Verso, 1989.

LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. *Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociales, 1994.

LE BON, Gustave. *The crowd: a study of the popular mind*. New York: Dover Publications, 2002 [1895].

LESLIE, Agnes Ngoma. *Social movements and democracy in Africa: the impact of women's struggle for equal rights in Botswana*. New York; London: Routledge, 2006.

LIABES, Djillali. Entrepreneurs, privatisation and liberalisation: the pro-democracy movement in Algeria. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 199-244. Dakar: Codesria, 1995.

LUMUMBA-KSONGO, Tukumbi. Social movements and the quest for democracy in Liberia: Moja and its transformation into a political party. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 409-461. Dakar: Codesria, 1995.

MACAMO, Elísio. À procura do ponto de Arquimedes. O descontentamento e a sua modernidade. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; CRUZ E SILVA, Teresa (Orgs.). *Moçambique e a reinvenção da emancipação social*, p. 267-276. Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2004.

———. Black gold, social change and reflexivity: sociology avant la lettre in Mozambique, 2002. Disponível em: <www.afsa2007.org/Conference_Papers/96-6k>. Acesso em: 07 Jul. 2014.

———. Plus ça change, plus c'est la même chose: Wandel und Politik in Mosambik. In: AUGEL, Johannes; MEYNS, Peter (Orgs.). *Transformations probleme im portugieschsprachigen Afrika*, p. 67-90. Hamburg: Institut für Afrika-Kunde, 2001.

MACUANE José Jaime. Liberalização política e democratização na África: uma análise qualitativa. *Dados*, v. 43. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258200000400003>. Acesso em: 19 Fev. 2014.

———. Os paradoxos do desenvolvimento à la carte. XI Assembleia Geral da Codesria. Maputo, 6-10 Dez. 2005. Disponível em: <<https://www.CODESRIA.org/IMG/pdf/macuane.pdf>>. Acesso em: 19 Fev. 2014.

MAMDANI, Mahmood (Org.). *Citizen and subject: contemporary africa and the legacy of late colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

——— (Org.). *African studies in social movements and democracy*. Dakar: Codesria, 1995.

———. A critique of the State and civil society paradigm in africanist studies. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 602-616. Dakar: Codesria, 1995.

MAMDANI, Mahmood; MKAMDAWIRE, Thandiko; WAMBA-DIA-WAMBA, Ernest. Movimentos sociais, mutações sociais e luta pela democracia em África. In: CODESRIA. *Ciências sociais em África: alguns projetos de investigação*, p. 63-90. Dakar: Codesria, 1992.

MASUKO, Louis. The Zimbabwean Burial societies. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 279-308. Dakar: Codesria, 1995.

MATO, Daniel. Redes transnacionales de actores globales y locales en la producción de representaciones de ideas de sociedad civil. In: MATO, Daniel (Org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, p. 67-93. Caracas: Faces; Universidad Central de Venezuela, 2004.

MAYER David; TARROW, Sidney. A movement society: continuous politics for a new century. In MEYER David; TARROW, Sidney. *The social movement society: contentious politics for a new century*, p. 1-29. Oxford: Rowman & Littlefield Publisher, 1998.

MAYO, Marjorie. *Global citizens: social movements and the challenge of globalization*. Toronto; London; New York: Canadian Scholars' Press; Zed Books, 2005.

MBEMBE, Achille. *On the postcolony*. Los Angeles (CA): University of California Press, Berkeley, 2001.

McADAM, Doug. "Cultura y movimientos sociales". In: LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. *Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociales, 1994.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, n. 76, p. 11-48. São Paulo, 2009.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer. N. Source resource mobilization and social movements: a partial theory. *The American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241. Chicago, Maio 1977.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

———. *Challenging codes collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

———. *Sistema politico, partiti e movimenti sociali*. Milano: G. Feltrinelli, 1990.

MIGNOLO, Walther. *Local histories/global designs: essays on the coloniality of power, subaltern knowledge and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. London; New York: Verso, 2000.

———. Politics and passions: the stakes of democracy. *Ethical Perspectives*, v. 7, n. 2-3, p.146-250. Louven, Jun.-Set., 2000a.

MUTZENBERG, Remo. Protestos sociais em Moçambique: uma agenda de pesquisa. *Civitas*, v. 14, n. 1, p. 137-153. Porto Alegre, 2014.

———. Movimentos sociais no Brasil: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas. III Conferência Internacional do Iese. Maputo, 2012. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/III_Conf2012/IESE_IIIConf_Paper26.pdf>. Acesso em: 12 Jun. 2014.

———. A questão dos movimentos sociais na atualidade. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa T. de Souza. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*, p. 405-440. São Paulo; Anpocs, 2010.

———. *Ações coletivas, movimentos sociais: aderências, conflitos e antagonismo social*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane. Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona. *Estudos de Sociologia*, v. 15, n. 2, p. 49-68. Recife, Jul.-Dez. 2009.

NASCIMENTO, Janaina Xavier do. *Paradigmas dos movimentos sociais: entre um olhar estratégico e um olhar identitário*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

NEVEU, Érik. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La Découverte, 1996.

NGOENHA, Severino. *O retorno do bom selvagem*. Porto: Salesianas, 1994.

O'DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe. *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore; Londres: The John Hopkins University Press, 1989.

OLUKOSHI, Adebayo. O. Bourgeois social movement and the struggle for democracy in Nigeria: na inquiry into the 'Kaduna Mafia'. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 245-278. Dakar: Codesria, 1995.

OPP, Karl-Dieter. *Theories of political protest and social movements: a multidisciplinary introduction, critique, and synthesis*. New York: Routledge, 2009.

PLOTKE, David. What's so new about new social movements? In LYMAN, S. M. *Social movements, critiques, concepts, case-studies*. London: Macmillan Press, 1995.

POLETTI, Emilio Rafael. A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas. 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area02/2141_Poletto_Emilio_Rafael.pdf>. Acesso em: 13 Maio 2012.

ROBINS, Steven L. *From revolution to rights in South Africa*. Scottsville: University KwaZulu-Natal, 2008.

ROMDHANE, Mahmoud Ben. Secular political opposition groups in Tunisia. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*. Dakar: Codesria, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280. Coimbra, Out. 2002.

———. Los nuevos movimientos sociales. *Revista del Observatorio Social de América Latina (Osal)*, n. 5, p. 177-188. Buenos Aires, Set. 2001.

SANTOS, Daniel. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, p. 99-133. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a05v23n1.pdf>>. Acesso em: 13 Maio 2012.

SCHERER-WARREN Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1, p. 18-27. São Leopoldo, Jan.-Abr. 2010.

SCRIBANO, Adrian. Acciones colectivas, movimientos y protesta social: preguntas y desafíos. *Conflicto Social*, Ano 2, n. 1, p. 86-117. Buenos Aires, Jun. 2009.

SEONAE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. The New configurations of popular movements in Latin América. In BORON, Atilio; LECHINI, Gladis. *Politics and social movements in an hegemonic world: lessons from Africa, Asia and Latin America*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SMELSER, Neil J. *Theory of collective behavior*. New York: Free Press, 1962.

SNOW, David *et alii*. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 464-481, Ago. 1986.

STEKELENBURG, Jacqueliën van; KLANDERMANS, Bert. Social movement theory: past, presence & prospects. In: ELLIS, Stephen; KESSEL, Ineke van (Orgs.). *Movers and shakers: social movements in Africa*. Leiden; Boston: Brill, 2009.

SYAHUKA-MUHINDO, Arthur. The Rwenzururu movement and the democratic struggle. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 491-543. Dakar: Codesria, 1995.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1906].

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2005.

———. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

THORBURN, David; BARRETT, Edward; JENKINS, Henry. *Democracy and new media*. Cambridge; Massachusetts; London: The MIT Press, 2003.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Indianapolis (IN): Anderson-Wesley, 1978.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n. 17, p. 5-18. São Paulo, Jun. 1989.

UGÁ, Maria Alicia Dominguez. Ajuste estrutural, governabilidade e democracia. In: GERSCHMAN, Silvia; VIANNA, Maria Lucia Werneck (Orgs.). *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8fmv5/pdf/gerschman-9788575413975-07.pdf>>. Acesso em: 23 Maio 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, Boitempo, 2007.

ZEGHIDI, Salah. Tunisian trade unionism: a central pole of social and democratic challenge. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 337-368. Dakar: Codesria, 1995.

ZGHAL, Abdelkader. The “Breat Riot” and the crisis of the one-party system in Tunisia. In: MAMDANI, Mahmood (Org.). *African studies in social movements and democracy*, p. 99-133. Dakar: Codesria, 1995.

ZIBECHI, Raul. *Autonomías y emancipaciones. América Latina en movimiento*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global; Editorial UNMSM, 2007.

DOI: 10.1590/S0102-699220150002000008

